

ATO PÚBLICO AMBIENTAL 2026



CARTA COMPROMISSO

FLORESTA VIVA, AR LIMPO, ÁGUA E SOLO PARA TODOS. POR UM ESTADO SUSTENTÁVEL

A sociedade fluminense, por meio dos movimentos socioambientais e sindicais do Estado do Rio de Janeiro (integrantes ativistas, movimentos populares, residentes de favelas, povos originários, comunidades tradicionais, pesquisadores e cientistas), organiza-se em defesa da vida, denunciando o sofrimento dos nossos ecossistemas. Exigimos uma transformação radical na governança ambiental do Estado do Rio de Janeiro, na qual a gestão priorize a proteção da biodiversidade, das florestas, das águas, do solo e do ar.

Diante dos efeitos de um planeta que padece cotidianamente com as mudanças climáticas, questionamos um Estado que negligência o essencial na proteção ambiental. Este é um clamor indignado da sociedade que não admite que as políticas públicas favoreçam o lucro de poucos e comprometam o futuro de todos.

1. Ao defender a Justiça Climática e a Justiça Social, repudiamos veementemente que a “conta” da crise climática gerada pelas emissões de gases de efeito estufa (GEE), provenientes principalmente da queima de combustíveis fósseis, seja paga majoritariamente pela parcela mais vulnerável da população.

2. O racismo ambiental, que nega o direito aos territórios, ao saneamento, à água e ao ar de qualidade, e expõe as periferias a catástrofes, deve ser combatido para assegurar direitos ambientais equitativos. A justiça socioambiental precisa abranger favelas, comunidades, povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais, garantindo que ocupem o centro das decisões mundiais, reduzindo as desigualdades.

3. **ÁGUA É DIREITO, NÃO É MERCADORIA!** Somos contrários à privatização dos serviços de abastecimento de água e contra a contaminação de nossos mananciais, bem como das águas subterrâneas.

4. É fundamental melhorar a eficiência energética do Estado e das Prefeituras, reduzir desperdícios e substituir geradores movidos a combustíveis fósseis por equipamentos baseados em fontes renováveis e limpas, como a geração de energia solar e eólica. Priorizar o financiamento de pesquisas de profundidade para que novas tecnologias forcem a descontinuidade de fontes energéticas que impõem riscos negativos de alto impacto à população e geram resíduos perigosos de longa duração, como as usinas Termonucleares. Utilizar apenas em casos extremos as Termoelétricas a fósseis ou biomassa, emissoras de poluentes. A **TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA** passa pelo sol, pelo vento, pelas águas e por tratamento digno aos trabalhadores/as do setor, com tecnologias limpas, descentralizadas, e com respeito às futuras gerações e a serviço das comunidades.

ATO PÚBLICO AMBIENTAL 2026



5. Exigimos transparência e julgamento célere dos processos referentes aos crimes ambientais, climáticos e contra a biodiversidade, bem como a reparação imediata dos danos, punindo os infratores, responsabilizando os omissos e os financiadores, incluindo as instituições financeiras no rol dos acusados.

6. Lutamos por DESMATAMENTO ZERO NOS BIOMAS E NAS CIDADES E POR FLORESTAS VIVAS! Basta de “assassinatos das árvores” e podas drásticas em nossas cidades. Exigimos a restauração florestal urgente dos subúrbios metropolitanos, com arborização urbana. Corredores ecológicos entre parques municipais e estaduais, integrados às florestas. A preservação de todas as áreas verdes, a proteção da Mata Atlântica e a recuperação dos manguezais. A floresta viva é a nossa principal barreira contra os efeitos nocivos das mudanças climáticas.

7. Defendemos um Sistema Único de Mobilidade (SUM) com integração entre todos os modos de transportes, privilegiando o transporte sobre trilhos e a consequente descarbonização, com integração física e tarifária, visando chegarmos à Tarifa Zero, como política de Justiça Climática e Social, gerido por uma Autoridade Pública Metropolitana de Mobilidade.

8. Todo pedido de licenciamento ambiental deve ser submetido a uma análise rigorosa, observando critérios técnicos e todos os trâmites legais, nas secretarias de meio ambiente, de acordo com o interesse público, sem interferências de más políticas que atendam a interesses particulares e desrespeitem o meio ambiente.

9. Queremos Governança, Clima e Transição Ecológica Justas. Basta do desmonte das instituições públicas. Exigimos concursos públicos para os órgãos ambientais estaduais e municipais, e o fortalecimento da fiscalização em todas as esferas de governo, com a criação de delegacias, promotorias regionais e varas especializadas em meio ambiente, dotadas de estrutura, recursos humanos, equipamentos e orçamento. Defendemos os servidores de carreira, não submetidos às indevidas interferências políticas.

10. O descumprimento das medidas compensatórias por 90% dos empreendimentos é um crime ambiental grave. Essa violação generalizada revela impunidade e fere a Política Nacional do Meio Ambiente, configurando dano coletivo e enriquecimento ilícito. Exigimos fiscalização rigorosa e responsabilização — compensar é obrigação legal, não opção.

FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS CONSELHOS, COMITÊS E CONFERÊNCIAS E PELO RESPEITO ÀS SUAS DELIBERAÇÕES, SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA

11. Agricultura familiar e urbana é nossa prioridade: basta de agrotóxicos. A agroecologia é o caminho para garantir soberania alimentar, saúde dos trabalhadores e equilíbrio ambiental. Fortalecer a produção local de alimentos limpos, sem venenos, valorizando saberes tradicionais e práticas sustentáveis nas cidades e no campo. Agroecologia já — pelo direito a uma alimentação saudável e por territórios livres de agrotóxicos!

12. Rejeitamos o modelo predatório que prioriza o lucro sobre a biodiversidade. Exigimos a implantação de uma política tributária estadual e municipal que acelere uma transição energética substitutiva dos combustíveis fósseis e promova uma economia solidária e circular.

ATO PÚBLICO AMBIENTAL 2026



13. A qualidade do ar precisa ser monitorada. Não podemos mais respirar níveis inaceitáveis de gases e material particulado oriundos da poluição atmosférica em território nacional. Portanto, exigimos a implementação do monitoramento da qualidade do ar, conforme as recomendações e diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), nos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, preferencialmente, em cada bairro, com controle social, e a mudança radical do sistema público de transporte, visando cada vez mais a redução de emissões.

14. É urgente que todos os veículos públicos e privados do Estado do Rio de Janeiro passem anualmente por inspeção veicular, com o objetivo de reduzir emissões prejudiciais à camada de ozônio e à saúde humana e animal.

15. As áreas úmidas são a essência da vida. Sejam elas áreas turfosas, manguezais litorâneos ou lacustres, e restingas. A impermeabilização dessas áreas afeta diretamente as mudanças climáticas pela liberação de dióxido de carbono (CO₂), causando aquecimento e formação de ilhas de calor, e tem como consequência alagamentos severos, o rompimento de lençóis freáticos, a extinção de fauna e flora endêmicas dessas áreas e secas em outros locais.

16. Exigimos a suspensão imediata de todos os licenciamentos imobiliários e de grandes projetos de infraestrutura no Estado do Rio de Janeiro, os quais estão levando à extinção desses ecossistemas. A exemplo do Porto do Meio, que impactará ainda mais a Baía de Sepetiba, podendo destruir áreas de mangues; a dragagem ressuspende poluentes e viola direitos de populações tradicionais, como pescadores e marisqueiras, no acesso e uso da baía.

17. Garantir que as populações originárias, quilombolas, povos e comunidades tradicionais sejam consultadas de forma prévia, livre e informada, com base na boa-fé, conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sempre que houver algum empreendimento que cause danos aos seus territórios e aos seus modos de vida.

18. Cuidar para que as trilhas sejam sinalizadas com orientações de segurança e de cuidados de preservação do meio ambiente, fortalecendo o ecoturismo.

19. Que o Estado do Rio de Janeiro e seus 92 municípios cumpram a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovando e implementando os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, garantindo a participação social na sua elaboração e acompanhamento.

20. Que os Planos estabeleçam metas anuais de ampliação da reciclagem com inclusão social dos catadores, visando à estruturação da Economia Solidária e Circular.

21. Respeito às decisões dos Comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos e Conferências: exigimos que as deliberações e diretrizes produzidas nesses colegiados e espaços de construção coletiva sejam amplamente respeitadas e cumpridas pelo poder público.

22. É urgente a despoluição das Baías de Guanabara e Sepetiba, entre outras, afetadas por grandes empreendimentos que prejudicam populações tradicionais e pescadores. Nesse contexto, ressaltamos a importância da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da gestão sustentável dos oceanos, pois a poluição costeira, incluindo os resíduos plásticos, se estende ao mar, comprometendo a biodiversidade,

ATO PÚBLICO AMBIENTAL 2026



a pesca e o potencial econômico, sendo essencial o ordenamento espacial marinho com participação social.

DEMANDAS PRIORITÁRIAS PARA A CAPITAL DO RIO DE JANEIRO

1) O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deve declarar a inconstitucionalidade do Decreto Municipal nº 48.481/21, que transferiu o licenciamento ambiental para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDEIS), fragilizando a proteção ambiental, acelerando a destruição da cidade e ferindo o princípio da gestão ambiental responsável.

2) Exigimos que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro inclua na Lei nº 5.248/2011 (Política Municipal de Mudança do Clima) a obrigatoriedade de monitoramento das emissões de gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes das empresas do Complexo Siderúrgico da Zona Oeste, em Santa Cruz, unificando os dados em um único relatório de emissões do município.

3) Exigimos a imediata concretização do Distrito de Baixa Emissão no Centro do Rio, conforme Decreto Rio nº 51.047/2022, com área delimitada para redução dos GEE e com efetiva participação popular na sua implementação.

CONCLUSÃO E COMPROMISSOS

Diante do exposto, a sociedade civil — representada por mais de 200 instituições signatárias — exige que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário assumam compromissos formais com ações simbólicas, culturais, climáticas preventivas e inclusivas.

Queremos o fortalecimento e a execução de políticas públicas ambientais, agrícolas, agroecológicas e de agricultura familiar; a defesa das instituições, dos sistemas nacionais de proteção social e do SUS.

Defender o meio ambiente é defender a redução das desigualdades, o Estado de Direito e a democracia participativa com controle social.

Rio de Janeiro (RJ), domingo, **31 de maio de 2026.**

Subscrevem esta Carta, as Instituições e Movimentos Socioambientais e Sindicais organizadoras do ATO PÚBLICO AMBIENTAL e todas as autoridades que assinam e assumem com a sociedade civil os compromissos socioambientais contidos nesta Carta.

ATO PÚBLICO AMBIENTAL 2026



INSTITUIÇÕES DO ATO PÚBLICO AMBIENTAL

210 Instituições Organizadoras

01. Ação da Cidadania Contra a Fome
 02. Agro-Cultura uma Fórmula Mágica da Paz
 03. Amigos da Praça Radial Sul e Maciço da Preguiça
 04. Associação Água Marinha
 05. Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas do RJ ABEA-RJ
 06. Associação Cultural e Esportiva o Mundo em Saquarema ASCOM SAQUA
 07. Associação da Diversidade em Direitos Humanos ADDH-RJ
 08. Associação de Agricultores Biológicos ABIO/RJ
 09. Associação de Agroecologia de Vargem Grande
 10. Associação de Moradores de São Conrado AMASCO
 11. Associação de Moradores e Amigos de Botafogo – AMAB
 12. Associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras AMAL
 13. Associação de Moradores e Amigos de Santíssimo AMAS
 14. Associação de Moradores e amigos de São Cristóvão AMASC
 15. Associação de Moradores e Amigos do Grajaú AMAGRAJA
 16. Associação de Moradores e Amigos do Humaitá AMAHU
 17. Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico AMAJB
 18. Associação de Moradores Lauro Muller, Ramon Castilla, Xavier Sigaud – ALMA
 19. Associação de Moradores Vigário Geral AMAVIG
 20. Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá APALMA
 21. Associação do Patrimônio Natural APN
 22. Associação dos Aterros e Recicladores dos Resíduos da Construção Civil ASSAERJ
 23. Associação dos Moradores da Freguesia AMAF
 24. Associação dos Moradores da Gávea AMAGAVEA
 25. Associação dos Moradores da URCA AMOUR
 26. Associação dos Moradores do Marco Sete e Adjacências AMMSA
 27. Associação dos Moradores do Parque Guinle AMAGUINLE
 28. Associação dos Moradores e Defensores do Jardim de Alah
 29. Associação Eco Cultural Ecos de Marapendi e Chico Mendes
 30. Associação Esportiva Cultural Horizonte
 31. Associação Galeria de Heróis
 32. Associação Livre dos Aquicultores Águas do Rio São João ALA
 33. Associação Moradores do Vereda Sertãozinho
 34. Associação Profissional dos Geógrafos APROGEO RJ
 35. Associação Profissional dos Sociólogos RJ APSERJ
 36. Associação Socioambiental e Cultural do Lido e Adjacências ASSACLA
 37. Axé Kwê Cejá Gbé
-

ATO PÚBLICO AMBIENTAL 2026



38. Baia Viva
39. Basta o amor não é sinônimo de violência
40. Bicuda Ecológica
41. Bota Pra Girar
42. Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa e Valorização da Cultura Afro Brasileira Seropédica
43. Casa de Caridade Seara de Boiadeiro
44. Causa Nobre Sustentável
45. Central de Movimentos Populares/CMP
46. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil CTB
47. Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras CUT RJ
48. Centro Acadêmico de Ciências Ambientais CACAMB UNIRIO
49. Centro Escolar José Francisco Lippi
50. Centro Social Comunitário 4 Bicas
51. Centro Social e Cultural Arte de Viver
52. Cidadania Buziana
53. Clube de Engenharia do Brasil
54. Coletivo Gigantes na Luta
55. Coletivo Ofo
56. Comissão de Lideranças do Aluguel Social Município do Rio de Janeiro CLASMRJ
57. Comissão de Meio Ambiente Associação Brasileira de Imprensa -ABI
58. Comissão de Meio Ambiente de Jacarepaguá
59. Comitê Flamengo/ Ação da Cidadania
60. Comitê Popular De Lutas Marcelo Arruda Barra Recreio
61. Comitê Popular de Lutas Rio Carioca CPL Núcleo Largo do Machado
62. Comunidade de Mulheres Negras COMUNE-GP
63. Conexão Feminina
64. Conexão Verde
65. Confederação Nacional de RPPNs
66. Construindo um Novo Amanhã
67. Cooperativa Transvida
68. Cozinha Ancestral Solidaria
69. Cozinha Colher de Pau Sítio Santa Bárbara
70. Cozinha solidária Daysoca na Social
71. Defensores do Planeta
72. Democracia Verde
73. Diálogo Inter Redes
74. Diretório Acadêmico de Ciência Ambiental da UFF
75. Eco Saqua Reciclando para o Futuro
76. ECOABA Consultoria Agrícola e Ambiental
77. ECOCIDADE
78. Ecomuseu Kaá-Atlântica ECMKA
79. Edixe Acessórios
80. Federação das Associações das Comunidades Barra, Recreio, Jacarepaguá e Adjacências Facbarja

ATO PÚBLICO AMBIENTAL 2026



81. Federação das Associações de Favelas do RJ FAFERJ
82. Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro FAM-Rio
83. Federação das Trabalhadoras e Trabalhadores do Ramo Financeiro Federa-RJ
84. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional FASE RJ
85. Fórum Brasileiro ONGs e Movimentos Sociais Meio Ambiente e Desenvolvimento Fboms
86. Fórum de Economia Popular Solidária de Petrópolis
87. Fórum de Economia Solidária Niterói
88. Fórum de Economia Solidária São Gonçalo
89. Fórum de Mobilidade Urbana
90. Fórum de Transparência e Controle Social de Niteroi
91. Fórum Estadual de Arborização Urbana do RJ
92. Fórum Estadual dos Engenheiros Agrônomos e Agrônomas RJ FEEA
93. Fórum Estadual Meio Ambiente e Agricultura RJ FEMAARJ
94. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - FMCJS-RIO
95. Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias FONASC
96. Fórum Popular de Economia Solidaria Mendes RJ
97. Fórum Socioambiental da Zona Oeste
98. Fundação Progresso
99. Grupo de Ação Ecológica GAE
100. Grupo de Estudos em Educação Ambiental GEEMA
101. Grupo de Pesquisa Saúde, Ambiente e Saneamento da Fiocruz/ENSP
102. Grupo Patativas Amigos da Alameda Recreio
103. Grupo Sagrada Esperança de Animação Sociocultural e Desportiva de Acari
104. Haveres Consultoria Contábil
105. HLC Marca e Arte da Graça
106. Horta Comunitária do Barreto
107. Horta do Vinil
108. Horta na Favela
109. Ilê Asé Omi Gbonã
110. Iniciativa Terra Afetiva
111. Instituto Aganim Direitos Humanos
112. Instituto Beneficente Genivaldo Nogueira
113. Instituto Cultural Recanto do Areinha
114. Instituto de Mulheres Negras Herdeiras de Candaces
115. Instituto Escola Tiê Sangue para Preservação, Conservação e Restauração da Mata Atlântica.
116. Instituto Fechando o Ciclo
117. Instituto IDEAS
118. Instituto Mão na Jaca
119. Instituto PACS
120. Instituto Segunda Chance Proteção Animal e Assistência Social RJ
121. Instituto Terrazul
122. Instituto Terreiro Sustentável
123. Instituto Visão Social
124. Intersindical da Classe Trabalhadora
125. Juventude Solidária pela Transformação de Moçambique JSTM

ATO PÚBLICO AMBIENTAL 2026



126. Laboratório Social Horizonte Inclusivo
127. Lagoinha Abandonada
128. Legislação Ambiental Para Todos
129. Mabras Music & Arts
130. Mandato Deputada Marina do MST
131. Mandato Deputado Carlos Minc
132. Mandato Deputado Chico Alencar
133. Mãos de Carolina
134. Movimento de Mulheres Dandara dos Palmares
135. Movimento de Mulheres Divas da Vida+ MMDV+
136. Movimento de Mulheres do Parque Horácio Cordeiro Franco
137. Movimento de Mulheres Maria Pimentel Marinho
138. Movimento de Mulheres Vitória Regia
139. Movimento Dedo Verde de Educação Ambiental
140. Movimento dos Atingidos por Barragens MAB
141. Movimento Longevidade Brasil MLB
142. Movimento Nacional das Cidadãs Positivas MNCP
143. Movimento Pão de Açúcar Sem Tirolesa PDAST
144. Movimento Popular Ambiental Sosriouna
145. Movimento Tijuca Verde
146. Mutirão Agroflorestal
147. Núcleo Pepe Mujica PT
148. Observatório da Bacia Hidrográfica do Canal do Cunha OBHCC
149. Observatório Socioambiental da Baía de Sepetiba NUTEM UERJ
150. OMA-BRASIL
151. ONG Raízes do Ofício
152. Pastoral da Ecologia Integral
153. PedaLula
154. Pedra do Arpoador Conservação
155. Pólo Cultural LGBTQIA (Gastronômico da Gamboa)
156. Polo Turístico de São Conrado
157. Projeto Aduba Associação Duas Barras
158. Projeto Skoros
159. Projeto Socioeducativo Sustentável Haroldo Sustentável PSSHA
160. RECRIE-RIO
161. Rede Afro Ambiental
162. Rede Brasileira de Educação Ambiental REBEA
163. Rede BXD Cozinhas Solidárias GUARANY São João de Meriti
164. Rede Carioca de Agricultura Urbana
165. Rede de Comitês de Monitoramento dos Planos Municipal de Resíduos PMGIRS
166. Rede de Educação Ambiental e Políticas Públicas REAPOP
167. Rede de Educação Ambiental REARJ
168. Rede de Educadores Ambientais de Jacarepaguá
169. Rede de Mulheres Ambientalistas da América Latina Brasil
170. Rede de Vigilância Popular em Saúde e Saneamento
171. Rede Ecológica

ATO PÚBLICO AMBIENTAL 2026

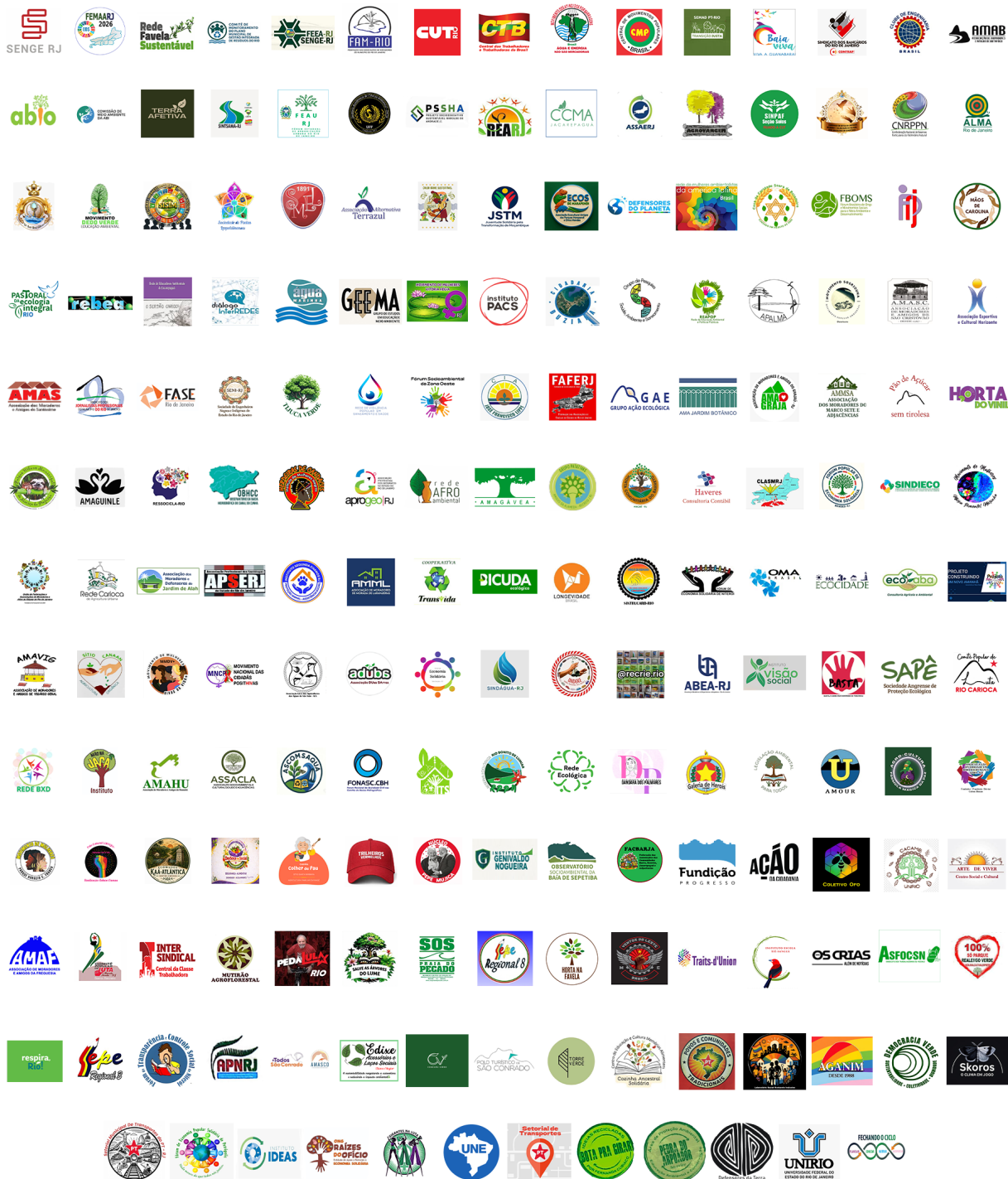


172. Rede Favela Sustentável
173. Rede Socioambiental de Reciclagem Solidária e Economia Circular de Catadoras e Catadores do RJ
174. Reserva Ecológica Rio Bonito de Lumiar
175. Respira Rio
176. Salve as Árvores do LUME
177. Sepe Regional 3
178. Sepe Regional 8
179. Setorial de Infraestrutura Segurança Inclusão Social e Meio Ambiente SISIM
180. Setorial de Meio Ambiente Semad PT Rio
181. Setorial de Povos e Comunidades Tradicionais PT
182. Setorial Estadual de Transportes do PT RJ
183. Setorial Municipal de Transportes do PT RJ
184. Sindicato das Empresas Despoluidoras e Gestoras de Resíduos RJ SINDIECO
185. Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro
186. Sindicato dos Engenheiros Senge RJ
187. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro
188. Sindicato dos Rodoviários Sintrucad-Rio
189. Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz ASFOC-SN
190. Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento e Meio Ambiente Sintsama RJ
191. Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Água e Esgoto RJ SINDÁGUA-RJ
192. Sindicato Nacional Trabalhadores Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário Sinpaf Solos
193. Sindicato Trabalhadores Rurais de Magé
194. Sítio Canaan
195. Só Parque Realengo Verde 100%
196. Sociedade Angrense de Proteção Ecológica SAPÊ
197. Sociedade de Poetas Leopoldinenses
198. Sociedade dos Engenheiros Negros e Indígenas do SENI-RJ
199. Sociedade Musical Euterpe Lumiarense
200. Somos os Crias
201. SOS Praia do Pecado Macaé
202. Teia da Solidariedade Guardiã da Mata
203. Torre Verde
204. Traits-d'union
205. Trilheiros Vermelhos
206. União de Federações e Associações de Moradores do RJ Unifamaerj
207. União Nacional das Ekedes UNDEKE
208. União Nacional dos Estudantes UNE
209. Universidade Federal do Rio de Janeiro UNIRIO
210. Ventos do Leste MC

ATO PÚBLICO AMBIENTAL 2026



LOGOMARCAS DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS



ATO PÚBLICO AMBIENTAL 2026



ATO PÚBLICO AMBIENTAL 2026



POR UM FUTURO SUSTENTÁVEL!



 **DOMINGO • 31/MAIO/2026 • COPACABANA**



Concentração: 09h30 - Av. Atlântica, esquina com Rua Figueiredo Magalhães



+190 ENTIDADES MOBILIZADAS EM TODO O ESTADO



www.facebook.com/clemaarj



[femaarj_forum_estadual_livre](https://www.instagram.com/femaarj_forum_estadual_livre)



clemaarj@gmail.com

ATO PÚBLICO AMBIENTAL 2026



MANIFESTO ALERTAS E RISCOS AMBIENTAIS NO RJ

**O ANO DE 2026 PODE TRAZER RECORDES DE CALOR E EVENTOS EXTREMOS.
A JUSTIÇA AMBIENTAL DEVE SER A BASE DE TODA POLÍTICA PÚBLICA.**

A sociedade civil (190+ instituições) exige ações imediatas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e seus compromissos formais em ações simbólicas e culturais, inclusivas e preventivas, com fortalecimento das instituições e políticas ambientais e agrícolas.

Defender o meio ambiente é defender o SUS, a redução das desigualdades, o Estado de Direito e a democracia participativa, com controle social.



01 PROTEÇÃO HÍDRICA E SAÚDE

O ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO RJ, A SAÚDE E O CLIMA, ESTÃO AMEAÇADOS PELO DEPÓSITO TÓXICO DA CSN NO RIO PARAÍBA DO SUL. QUEREMOS A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS EPIDEMIOLÓGICOS INDEPENDENTES EM COMUNIDADES PRÓXIMAS A POLOS INDUSTRIAIS, COM DIVULGAÇÃO PÚBLICA DOS RESULTADOS. A DESPOLUIÇÃO DAS BAÍAS DE GUANABARA E SEPETIBA, ENTRE OUTRAS. A REMEDIAÇÃO DO LIXÃO DE GRAMACHO E DA REDUC (COMLURB E PETROBRAS). RESPEITO ÀS DECISÕES DOS COMITÊS DE BACIAS, CONSELHOS E CONFERÊNCIAS.



02 ARBORIZAÇÃO E SOBERANIA ALIMENTAR

90% DOS EMPREENDIMENTOS DESCUMPREM AS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS, COM UM DÉFICIT DE MAIS DE 1 MILHÃO DE ÁRVORES. QUEREMOS DESMATAMENTO ZERO NOS BIOMAS E NAS CIDADES, O FIM DAS PÓDAS DRÁSTICAS E ASSASSINATOS DE ÁRVORES, E INCENTIVOS FINANCEIROS PARA PRESERVAÇÃO E PLANTIO. CORREDORES ECOLÓGICOS ENTRE PARQUES MUNICIPAIS E ESTADUAIS, INTEGRADOS ÀS FLORESTAS ALIMENTARES, E À AGRICULTURA FAMILIAR E URBANA. BASTA DE AGROTÓXICOS. AGROECOLOGIA É NOSSA PRIORIDADE.



03 RESÍDUOS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

- IMPLEMENTAÇÃO IMEDIATA DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS).
- VALORIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS CATADORES E COLETA SELETIVA OBRIGATÓRIA.
- TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA: FIM DE INVESTIMENTOS EM COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS, ENERGIA LIMPA E BARATA PARA VULNERÁVEIS.





04 GOVERNANÇA CLIMÁTICA E DEMOCRACIA

- INTERNALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 DA ONU (ODS) EM TODAS AS INSTÂNCIAS.
- GOVERNANÇA TRANSVERSAL COM PARTICIPAÇÃO DE NEGROS, MULHERES, POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES DE MATRIZ AFRICANA.
- CONCURSOS PÚBLICOS PARA RECOMPOSIÇÃO DO ESTADO E PREFEITURAS (INEA, SEAS, E ÓRGÃOS DE PARQUES E JARDINS).

ATO PÚBLICO
AMBIENTAL 2026



 clemaarj@gmail.com

 www.facebook.com/clemaarj

 femaarj_forum_estadual_livre

